
COMUNICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: O PAPEL DA SAA NA VIDA DO PRODUTOR RURAL

COMMUNICATION IN RURAL STATE OF SÃO PAULO: THE ROLE OF SAA IN THE LIFE OF FARMERS

Antonio Francisco Magnoni¹
Rafaela Rosa de Melo²

RESUMO: Este artigo científico é baseado nos primeiros estudos realizados para compreender o sistema institucional de comunicação utilizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), as estratégias profissionais e os sistemas de difusão utilizados para produzir e divulgar informações instrutivas e notícias especializadas dirigidas aos grandes, médios e pequenos produtores agropecuários.

Palavras-chave: Extensionismo; comunicação rural; economia rural

ABSTRACT: This scientific paper is based on the first studies to understand the institutional system of communication used by the Department of Agriculture and State of São Paulo (SAA), the professional strategies and dissemination systems used to produce and disseminate instructional information and specialized news addressed to large, medium and small agricultural producers.

Key words: Extensionism; rural communication; rural economy

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária brasileira subiu 3,6% no primeiro trimestre de 2014. Entre 2001 e 2012, a agricultura cresceu em média 4% ao ano, enquanto a indústria e o setor de serviços cresceram menos, 2,7% e 3,6%, respectivamente. Este também foi um período em que a economia brasileira registrou seu melhor desempenho nos últimos trinta anos. Enquanto o Brasil cresceu na última década, em média, 3,5% ao ano; na década de 1990, a economia nacional expandiu em um ritmo menor (2,5% a.a.) e, nos anos 1980, de forma ainda mais fraca (1,6% a.a.).

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que 2014 é o ano da agricultura familiar. No Brasil, o setor engloba 4,3 milhões de unidades rurais produtivas (84% do total) e 14 milhões de pessoas trabalhando, o que representa em torno de 74% do total das ocupações laborais distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total nacional).

1 É jornalista, professor do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento e das disciplinas Jornalismo Radiofônico e Projetos Experimentais no Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC/UNESP de Bauru. É pós-doutor pela Universidad Nacional de Quilmes - Argentina, em Indústrias Culturais: análise do projeto Brasil-Argentina de implantação nipo-brasileira de TV Digital; doutor em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC-UNESP - Marília, SP) e membro do Conselho Consultivo do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). E-mail: afmagnoni@faac.unesp.br

2 É jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em TV Digital Informação e Conhecimento - Linha de Pesquisa Educação Assistida, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: rafaelarosademelo@gmail.com

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014

A produção da agricultura e da pecuária familiar se destina basicamente ao abastecimento local das populações urbanas. Significa um reforço importante para a segurança alimentar e nutricional do país, além de contribuir para a conservação de hábitos e de espécies alimentares tradicionais, consumidas nas diversas regiões brasileiras. Instituições públicas como a Embrapa consideram a preservação e o desenvolvimento das abundantes atividades do setor rural familiar como um grande desafio nacional.

Técnicos e pesquisadores da Embrapa, das Universidades, das Secretarias Estaduais de Agricultura e Pecuária trabalham com metodologias que buscam compreender as necessidades específicas e colaborar com o aprimoramento do manejo produtivo, com a seleção, melhoramento genético e tecnológico das espécies alimentares produzidas, seja elas vegetais ou animais. O objetivo é assegurar o desenvolvimento produtivo e econômico dos grupos familiares, preservar a agricultura, pecuária familiar e o patrimônio cultural brasileiro. O Censo 2010 do IBGE registrou que mais de 29 milhões de pessoas vivem em área rural no Brasil, cerca de 15% da população nacional, enquanto as cidades somam mais de 160 milhões de habitantes (84,35%).

A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA NA ECONOMIA PAULISTA

No Estado de São Paulo, apenas 4,06% dos habitantes ainda vivem na zona rural. Em 2013, o setor agropecuário paulista admitiu 253.494 trabalhadores com carteira assinada. O cultivo de lavouras temporárias e permanentes respondeu por 57,4% deste total de contratações regulares. O modelo de produção agropecuária capitalista e com matriz agroexportadora globalizada, que atualmente é denominado de agronegócio, adquiriu formato definitivo durante o “milagre brasileiro”. A ditadura militar, desde meados dos anos 1960, passou a considerar as atividades agropecuárias como estratégicas para o desenvolvimento econômico e contribuiu para a ocupação dos vazios demográficos em extensas regiões fronteiriças do centro-oeste e norte do país.

As grandes extensões agropecuárias passaram a adquirir abrangência nacional, agregar maior capacidade e qualidade produtiva, competitividade interna e externa, registrou ampla diversificação e crescimento constante do rol de atividades derivadas do setor rural. A produção derivada da terra ampliou em âmbitos regionais e nacional, a relevância social, econômica e política.

Gonçalves Neto (1997, p. 78), ressalta que na década de 1970 ocorreu uma profunda mudança de orientação do modelo de desenvolvimento agropecuário, que passou a ser induzido principalmente pela política de créditos facilitados para os proprietários rurais, seguindo a esteira do notável desenvolvimento urbano-industrial daquela época. A produção rural brasileira passou a responder por demandas gerais da macroeconomia, enquanto seus diversos sistemas produtivos foram largamente ampliados em todo o território nacional, todas as atividades do setor foram modernizadas e passaram por profundas alterações das técnicas e dos modos de trabalho e de produção.

A intensificação da ocupação agropecuária em áreas “virgens” do território brasileiro foi possível graças ao crescimento intensivo do uso da tecnologia mecânica, de adubos, defensivos químicos, do desenvolvimento científico de cultivos para solos com pouca fertilidade para aquelas espécies, ou até em áreas consideradas inadequadas para o plantio de diversos tipos de grãos.

O aumento da pesquisa e da assistência técnicas públicas foi decisivo para mudar as configurações do mapa agropecuário brasileiro. Desde o início da colonização

portuguesa, a população e as principais atividades produtivas haviam se concentrado ao longo das faixas litorâneas mais acessíveis. Primeiro em territórios da zona da mata nordestina, depois nas porções de Mata Atlântica do sudeste e sul, ou em algumas poucas áreas de transição para o cerrado, no interior de São Paulo e de Minas Gerais.

Os anos 1970 foram marcados pela intensificação conjugada de êxodo e de migração da população rural. A maior parte das famílias de sitiantes, de meeiros e arrendatários do interior paulista foi tangida pelas transformações bruscas do mundo roceiro que foi tentar a sorte nos polos industriais paulistas. A abertura das regiões de cerrado e da Amazônia atraiu famílias de todas as regiões de colonização antiga e fez brotar novos povoados e cidades em frentes de atividades madeireiras, agropecuárias e até mineradoras.

O regime militar investiu na modernização e intensificação da produção agropecuária no Brasil, com volumosos financiamentos para compra de equipamentos para cultivo extensivo, como tratores, arados, grades, semeadoras, colhedoras de grande desempenho, pulverizadores e insumos químicos para diversas finalidades. A expansão da economia rural também passou a ser continuamente alimentada pela intervenção estratégica dos primeiros centros públicos nacionais e estaduais de pesquisa e assistência agropecuária, pela intensificação da mecanização e o uso de novos insumos químicos, e pelas vitais ofertas de crédito rural subsidiado pelo Estado brasileiro.

Com o cultivo de novas espécies exóticas de pastagens, praticamente em todas as regiões brasileiras, houve acentuado aumento da pecuária de leite e de corte. A expansão “colonizadora” mais notável ocorreu nas áreas do cerrado do centro-oeste e em áreas de transição para a região Amazônica e para o Nordeste, como o Sul do Pará, Maranhão e Norte da Bahia. A criação de “programas nacionais de desenvolvimento” com subsídios oficiais beneficiaram certas regiões e algumas atividades agroindustriais específicas. Favoreceram a concentração da propriedade da terra e transformaram grande parte dos trabalhadores rurais em assalariados precários, conhecidos como “bóias frias”, que ainda colhem as monoculturas da cana para açúcar e álcool, da laranja e dos cereais alimentícios na maior parte das lavouras brasileiras.

É herança dos “programas agropecuários e agroindustriais” dos militares: o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), o PRONAGEM (Programa Nacional de Armazenagem), o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste), o PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), o POLOAMAZÔNIA (Programa de Desenvolvimento da Amazônia), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados).

A nova política de desenvolvimento rural proporcionou um relativo apoio aos produtores concedendo-lhes crédito para melhorar a infraestrutura produtiva e criou órgãos de pesquisa e de assistência rural. Martine e Garcia (1987, p.22) explicam que a decisão dos militares, de investir em agronegócio viabilizou o novo modelo agrícola baseado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais, no aumento das exportações de produtos agrícolas. Desde a década de 1970, a oferta de crédito rural se transformou no principal fator de alimentação dos movimentos mudancistas nas populações rurais das diversas regiões brasileiras.

Tão importante quanto à oferta governamental de crédito abundante e subsidiado, foi à criação pelo governo federal, de estruturas públicas para o desenvolvimento de pesquisas especializadas voltadas para o amplo aprimoramento produtivo que atendesse uma grande variedade de atividades rurais. Os modelos de produção agropecuários brasileiros passaram a ser cada vez mais tecnificados, especializados e globalizados. A

“nova ordem rural” exigia intenso incremento das estratégias de capacitação tecnológica, profissional e estimulou a renovação cultural de uma extensa e diversificada cadeia produtiva, que passou a agregar cada vez mais atores sociais e a exigir complexidade estrutural, profissional econômica e técnico-científica.

Com a expansão nacional da economia agropecuária, despontou durante a ditadura militar, a necessidade de se criar novas estratégias, meios, normas de extensão e de comunicação rural para dialogar com a população rural e urbana abrangidas pela intensificação e diversificação do setor. O estado de São Paulo, devido a sua grande população distribuída em mais de 500 municípios, sempre procurou conjugar atividades agropecuárias altamente produtivas, com polos industriais concentrados em regiões metropolitanas. Exatamente, pela grande infraestrutura industrial presentes em diversas regiões paulistas, que foi possível desenvolver no estado, uma grande cadeia de processamento de produtos agropecuários, que fortaleceu ainda mais a economia agroindustrial e o agronegócio paulista.

Diante de um cenário propício para o desenvolvimento capitalista, o governo estadual criou a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), que passou a desenvolver por meio de suas “Casas da Agricultura”, a assistência técnica, extensão, gestão rural, agroindustrial, a articular políticas, realizar fiscalização de defesa sanitária e ambiental prestados aos produtores agropecuários.

Os instrumentos extensionistas e de comunicação passaram a divulgar e a estabelecer a interlocução entre pesquisadores técnicos, administradores e economistas de instituições universitárias e de órgãos públicos estaduais e federais junto aos diversos segmentos como os produtores agropecuários. Os setores transformadores agroindustriais, estabelecimentos creditícios, de distribuição comercial interna, externa, e as diversas categorias de trabalhadores rurais passaram a sentir na vida cotidiana, as ações mudancistas promovidas por governos autoritários, mas que implementaram projetos desenvolvimentistas e modernizadores, em vários setores produtivos nacionais.

Essas mudanças demandaram meios eficazes de comunicação e de extensão, para alcançar transversalmente as populações urbanas distribuídas pela maioria dos municípios paulistas, que abrigam enormes contingentes sociais e que são extremamente dependentes da produtividade da economia rural de matéria-prima, ou das indústrias agroprocessadoras.

O investimento em recursos e em profissionais capacitados para realizar o planejamento e a difusão de novos conhecimentos e de práticas produtivas para induzir melhoramentos rurais, a partir da aplicação dos resultados derivados das pesquisas realizadas pelas equipes de especialistas e de técnicos financiados pelo Estado, foi fundamental para sustentar as atividades governamentais e também acadêmicas de extensão e de comunicação rural.

A preocupação imediata dos governos militares era assegurar o abastecimento de alimentos, para uma população que havia se urbanizado acentuadamente e registrava rápido crescimento demográfico. Por outro lado, era preciso sustentar a exportação agrícola e pecuária, uma produção estratégica de *commodities* para gerar divisas e equilibrar a balança comercial brasileira.

O PAPEL DA SAA NA COMUNICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Atualmente a SAA é protagonista em diversas áreas da produção de alimentos e de matérias-primas de origem animal e vegetal, também é estratégica na definição de políticas de abastecimento e de segurança alimentar. Atua também em prol da abertura de créditos agropecuários e na definição de políticas de geração de tecnologias e de projetos

de produção e difusão de informações dirigidas ao homem do campo. A Secretaria também atende os gestores dos parques agroindustriais e do agronegócio, que são hoje dois setores estratégicos para a composição anual dos índices positivos da economia paulista e brasileira.

Para que a conexão com os setores produtivos seja direta e bem-sucedida, a Secretaria possui além das Casas de Agricultura municipais, uma rede de 40 escritórios de desenvolvimento rural que trabalha em conjunto com 40 escritórios de defesa agropecuária, 6 institutos de pesquisas, 15 polos regionais de pesquisa e 12 centros avançados e especializados por cadeias produtivas. A finalidade dessa extensa estrutura de serviços de assistência técnica, fiscalização e pesquisa, é transferir conhecimento destinando informações especializadas, atualizadas, tanto para as cadeias produtivas agropecuárias urbanas e rurais quanto para a população que ainda vive no campo.

As equipes de profissionais da SAA têm responsabilidade crucial na execução de diversas formas de incremento produtivo e de regulação das inúmeras atividades que constituem a rica cadeia de valor da economia agropecuária paulista, em todas as etapas e épocas de produção, de distribuição, comercialização interna, externa, ou de processamento agroindustrial. Na extensa, complexa e valiosa engrenagem do agronegócio paulista, a Secretaria é uma das peças principais para compor a eficiência de todas as cadeias de produção derivadas da economia agropecuária. As ações de “assistência técnica” vão da semeadura à colheita, da embalagem aos *containers*.

OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apesar de uma longa história de êxitos, nos dias atuais a Secretaria está submetida aos árduos desafios trazidos pela competição dos conglomerados multinacionais de biotecnologia, pela mundialização econômica e informacional, que afeta continuamente todas as formas de trabalho e as tecnologias de produção e consumo alimentício, material e simbólico, além de alterar radicalmente os meios de comunicação e os modos e hábitos de difusão e fruição cultural no campo e nas cidades. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo sustenta políticas de pesquisa, planejamento e desenvolvimento das atividades agropecuárias, também tem investido em estratégias atualizadas de comunicação e de extensão rural.

Desde o desenvolvimento da internet comercial em meados dos anos 1990, tornou-se mais fácil e rápido produzir e distribuir informações por diversos meios, muitos com difusão e recepção multilaterais de mensagens e dotados de interatividade imediata. Surgiu um contexto interno e externo de tecnologias e possibilidades, que desafia as estratégias comunicativas e exige inovação constante das ações de difusão dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos por uma empresa pública.

O que era informado apenas pelos jornais, revistas, boletins, manuais e folhetos instrutivos ou programas especializados para veiculação em emissoras de rádio e televisão, hoje pode circular também em listas de correio eletrônico, sites, redes sociais, em canais audiovisuais como o YouTube, com conteúdos e linguagens multimidiáticas que circulam em diversas plataformas e dispositivos portáteis conectados ao ciberespaço.

Apesar dos meios utilizados e do trabalho que é realizado para expandir a comunicação agropecuária, as notícias correm o risco de não chegar aos diversos setores que estão envolvidos com a cadeia produtiva da economia rural e que dependem disso para sobreviver. Seja nos meios comerciais ou nos meios públicos, ainda persiste a

escassez de produção de conteúdo, tanto jornalístico quanto instrutivo, destinado aos vários setores da produção rural. Tal carência é agravada pelo fato de que muitas notícias são publicadas sem linguagem e formatos apropriados para ganhar a atenção e a confiança dessa população diferenciada, que possui conhecimentos, vivências, rotinas de trabalho e hábitos culturais muito distintos daqueles adotados pela maioria da população urbana.

A Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo pode até ter toda uma estrutura elaborada, profissionais qualificados trabalhando no setor da comunicação, mas será que todo o conteúdo produzido realmente é relevante para o público vinculado ao universo rural, seja no aspecto vivencial ou produtivo? Em um contexto global de multiplicação constante de meios e de dispositivos digitais que divulgam conteúdos informativos com enorme variedade e elementos de entretenimento urbano e de estímulo ao consumo de bens industrializados, de que maneira as informações produzidas chegam aos grandes produtores, muitos deles urbanos e vinculados aos complexos agroindustriais e exportadores e também aos pequenos agricultores?

Se as atividades agropecuárias são a principal justificativa para a existência dos projetos desenvolvidos e realizados pela SAA, é necessário que exista uma atenção especial por parte do projeto comunicativo e dos profissionais que produzem informações, sejam jornalísticas ou extensionistas e com objetivos destinados aos diversos nichos da cadeia produtiva agropecuária, para que tais conteúdos consigam alcançar todas as atuais vertentes de suas atividades, sejam elas rurais ou urbanas.

É necessário que os conteúdos jornalísticos ou instrutivos que são produzidos pela Secretaria ou pelo Ministério da Agricultura, sejam capazes de despertar a atenção e de influenciar todas as camadas sociais e as diversas especialidades profissionais que participam da complexa cadeia produtiva rural, cujos resultados econômicos atualmente sustentam um grande número de populações interioranas, demonstrando que não é mais possível separar artificialmente o mundo do campo do mundo das cidades.

A IMPORTÂNCIA DE DEFINIR O PÚBLICO-ALVO DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA SAA

É por isso que o público “roceiro”, cada vez mais, deixa de ser o “caipira” apartado da sociedade e das culturas urbanas cosmopolitas e reivindica informação de grande qualidade e precisão, com linguagem objetiva e com capacidade de transmitir os conhecimentos necessários para melhorar a produtividade e a vida de quem trabalha na árdua lida agropecuária do campo, ou daqueles que vivem nas cidades interioranas que dependem do bom desempenho da economia rural para que tenham êxito nas suas atividades urbanas.

No levantamento inicial realizado para a produção deste artigo não foram encontrados estudos recentes que trabalhem a mesma temática proposta. A comunicação rural no Brasil, e no Estado de São Paulo, precisa ser estudada com profundidade e de maneira sistemática e especializada. Os projetos, as ações de comunicação e de extensão rural não podem deixar de compreender o atual cenário interno do país e quais são as estratégias adotadas pelos governos federal e estadual e pelos setores privados, para assegurar a inserção comercial da produção agropecuária brasileira nos diversos mercados consolidados nas diversas regiões brasileiras e vencer os concorrentes internacionais. Só assim será possível encontrar as maneiras mais adequadas de informar o público que é responsável pelo equilíbrio da balança comercial, além de assegurar o abastecimento e a boa qualidade dos alimentos da mesa dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os jornalistas são profissionais preparados para pensar e desenvolver metodologias, organizar sistemas para informar utilizando diversas linguagens, suportes e veículos, para fornecer periodicamente, informações genéricas e especializadas para os diversos setores sociais. Para tanto, utilizam diversas ferramentas e recursos para a produção e difusão de conteúdos, para tentar atender as necessidades informativas de cada público. Um organismo do estado com profissionais capacitados, estrutura, tecnologias de última geração, tem a responsabilidade de conseguir dialogar simultaneamente com o público rural e com os setores urbanos dependentes da abundante e diversificada produção da terra. Portanto, sua equipe profissional não pode falhar na hora de produzir notícias ou qualquer outro tipo de informação especializada.

Este artigo deriva de uma pesquisa de mestrado para estudar os sistemas, a capacidade, a qualidade dos produtos comunicativos e a abrangência da comunicação rural desenvolvida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA). O objetivo é responder as seguintes questões: como as informações produzidas pela SAA abrangem e que efeitos ela tem no público rural e urbano, que vive da produção agropecuária, de forma direta e indireta. Como se dá a compreensão e a utilização dos conteúdos produzidos por jornalistas, para um público economicamente e culturalmente heterogêneo e ao mesmo tempo especializado? Os profissionais de comunicação estão preparados para atender as exigências do mercado de comunicação e de extensão rural? Como é o feedback entre quem produz e quem recebe as notícias sobre as atividades e a economia agropecuária? Consideramos que a comunicação é a base de todos os processos sociais e culturais, se ela for bem feita, conseguirá atingir seus objetivos e servirá como ferramenta essencial para agregar valores decisivos para os segmentos atendidos pela SAA.

Para termos um parâmetro abrangente e atualizado das ações de comunicação e divulgação da SAA, vamos categorizar a produção comunicativa especializada e de conteúdos destinados ao público agropecuário paulista, tanto dos aspectos produtivos e econômicos, quanto sociais e culturais. Vamos categorizar os produtos comunicativos jornalísticos, técnico e/ou extensionista, para compreendermos melhor como se define a comunicação rural dentro do nosso país, em especial, no Estado de São Paulo.

Nosso referencial parte da análise de publicações relacionadas à comunicação rural no Brasil, que foram divulgados a partir dos anos 1970. Serão analisadas diversas diretrizes técnicas e político-administrativas, para visualizar que instrumentos de comunicação e extensão são utilizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), para implementar suas metas e atender os diversos setores sociais que desenvolvem as atividades agropecuárias e agroindustriais paulistas. A pesquisa proposta é exploratória e utilizaremos pesquisas bibliográficas e documentais relacionadas ao tema escolhido para abranger os pontos referentes à comunicação jornalística especializada em extensão rural e em difusão de conteúdos editados em diversos gêneros, formatos e plataformas de comunicação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Após esta etapa exploratória documental e teórica, faremos um estudo de caso com o acompanhamento do trabalho de comunicação da SAA com a intenção de analisar a maneira como as notícias são produzidas, se existe preocupação com o padrão de linguagem, com a adequação do conteúdo informativo e quais são os meios mais utilizados e com melhor retorno.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**. USP: PROCAM, 2001.
- BORDENAVE, J.E.D. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRAGA, G. M.; KUNSCH, M. M. K. **Comunicação rural: discurso e prática**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1993.
- CALLOU, Angelo. B. Fernandes. **Extensão rural e desenvolvimento local: significados contemporâneos**. Pernambuco: UFRPE, 2005.
- _____. Estratégias de comunicação em contextos populares: Implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus, AM: IDAM, 2006. 128 p.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.
- KUNSCH, M. M. K. Apresentação. In: BRAGA G. M.; KUNSCH, M. M. K. **Comunicação rural: discurso e prática**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1993.
- MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MELO, J. M. O espaço da comunicação rural nas escolas de comunicação social. In: BRAGA, G.; MOREIRA, Roberto José. **Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Redcapa: UFRRJ, 1996.
- NEVES, J.L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. São Paulo: USP: FEA, 1996. v.1.
- PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**, 3. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- QUEIROZ, A. C. F. A pesquisa em comunicação no Brasil: as contribuições da Intercom. In: SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO RURAL NA UFV, 1, 1988, Viçosa. **Anais...** Viçosa: 1988.
- ROSSI, C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SELLTIZ, Wristman Cook. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2.ed. São Paulo: E.P.U, 1987. v. 1/3
- SDT/MDA. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: território do Sisal–Bahia**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2006.
- SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Belo Horizonte: Nova Economia, 1997.
- TEIXEIRA, E. C. Comunicação e Política Agrícola. In: SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO RURAL NA UFV, 1, 1988, Viçosa. **Anais...** Viçosa, 1988.
- TEIXEIRA, J. C. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Minas Gerais, 2005.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2.ed. Campinas,SP: Autores Associados, 2003.
- YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.